



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Napolitano, Marcos

A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)

Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 346-366

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134651133010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)\*

*The newspapers and the making of the memory of the Brazilian military regime (1965-1985)*

*La prensa y la construcción de la memoria del régimen militar brasileño (1965-1985)*

Marcos Napolitano\*\*

**Resumo:** Neste artigo, pretendo analisar os editoriais de quatro jornais da grande imprensa (*O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) nos aniversários anuais do golpe de Estado de 1964, mapeando as vicissitudes da representação sobre este evento e sobre o regime ditatorial que se seguiu. Nesta perspectiva, pretendo analisar as guinadas e revisões da memória liberal sobre o regime militar, partindo da hipótese que foi esta linhagem ideológica que definiu as bases de uma memória hegemônica sobre o período histórico, calcada na “resistência democrática”.

**Palavras chave:** Regime militar; Brasil; Regime militar; memória social; História e Imprensa.

**Abstract:** In this article, I analyze the editorials of the major newspapers of Brazil (*O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*) published on the anniversaries of the 1964's Coup D'Etat. I try to understand the changes of the discursive representation of this event and the dictatorship that followed. From this perspective, I point out the revisions of the liberal memory of the military regime. That ideological current, in my point of view, defined the mainstream of a hegemonic memory of the historical period, based on “democratic resistance”.

**Keywords:** Military dictatorship; Brazil; Military dictatorship; social memory; History and press.

**Resumen:** En este artículo, pretendo analizar los editoriales de cuatro diarios de la gran prensa (*O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* y *O Globo*) en los aniversarios del golpe de Estado de 1964, estableciendo las vicisitudes de la representación de este evento y del régimen militar que lo siguió. Siguiendo esa perspectiva, pretendo analizar los cambios y revisiones de la memoria liberal sobre el régimen militar, partiendo de la hipótesis de que fue esa línea ideológica la que definió las bases de una memoria hegemónica sobre ese período histórico, según el modelo de la “resistencia democrática”.

**Palabras clave:** Régimen militar; Brasil; Régimen militar; memoria social; Historia y prensa.

---

\* Este artigo é fruto de pesquisa realizada com apoio do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa).

\*\* Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em História Social pela USP.

## Golpe e regime militar: imprensa, história e memória

As relações entre a chamada “grande” imprensa (jornais e revistas ligados a corporações comerciais, de tradição liberal e de grande circulação social) e os processos históricos ligados ao golpe civil-militar de 1964 e ao regime militar que se implantou a partir de então, são sobejamente conhecidos. É notório o papel de tradicionais jornais diários brasileiros na conspiração que derrubou o presidente João Goulart, protagonismo assumido tranquilamente pelos seus donos e amplamente analisado pela historiografia (CAPELATO, 1988; SILVA, 2008; CARVALHO, 2010). Via de regra, mesmo críticos em relação à escalada do autoritarismo de Estado, os jornais nunca chegaram a romper global e totalmente com o regime militar, mantendo ora uma posição de críticos pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, ora de interlocutores confiáveis. Obviamente, houve situações de confronto doutrinário com o governo militar, sobretudo em relação à política econômica estatista do governo Geisel, quando a imprensa brasileira efetivamente abraçou um projeto econômico liberal (FONSECA, 2005), prenúncio da hegemonia “neoliberal” dos anos 1990.

Os liberais<sup>1</sup> no Brasil e em outros lugares do mundo sempre se utilizaram da imprensa como via de mão dupla (CAPELATO, 1986). Por um lado, forjar a opinião pública, categoria fetichizada que muitas

<sup>1</sup> O conceito de “liberal” e “liberalismo” utilizado neste artigo leva em conta duas perspectivas que se tensionam: por um lado, o liberalismo pode ser pensado a partir de um viés normativo, de natureza filosófica e doutrinária, que remete à tradição intelectual e política esboçada no século XVII e consagrada como princípio de ação política entre os séculos XVIII e XIX. Por outro, o liberalismo é um conceito que só ganha sentido efetivo quando se manifesta em condições históricas específicas, assumindo conotações diversas no tempo e espaço que matizam a norma geral do conceito. O viés normativo implica em reconhecer valores abstratos e genéricos, tais como: liberdade individual de natureza civil e política definida em lei, princípio de representação política escolhida pelo corpo político da nação considerado apto para o exercício da liberdade, equilíbrio dos poderes de Estado, premência da liberdade de mercado e da propriedade privada como reguladores da vida social e econômica. Mesmo estes valores abstratos podem assumir ênfases e conexões variadas entre si conforme a linhagem filosófica que define o conceito de liberalismo. O viés histórico do conceito de liberalismo implica na apropriação destes valores gerais em situações históricas determinadas, que podem variar mesmo nos países cuja experiência histórica foi determinante para consagrar o sentido normativo do conceito, como nos Estados Unidos e Inglaterra. No caso do Brasil, o liberalismo doutrinário foi apropriado em um contexto escravista que o matizou a partir de valores oligárquicos, estamentais e por práticas clientelistas disseminadas na sociedade. Para o sentido normativo e histórico do conceito ver: MATEUCCI, 1999. Para o debate brasileiro ver: BOSI, 1988.

vezes representa mais a “opinião publicada” conforme a perspectiva vontade dos editores-chefes e magnatas da imprensa. Por outro, outro objetivo é pautar temas da política, tentando influenciar as decisões palacianas e parlamentares. Isto não quer dizer que a imprensa liberal seja monolítica nas suas opiniões políticas ou isenta de conflitos e negociações internos entre os diversos atores profissionais envolvidos na produção jornalística. Entretanto, a imprensa brasileira poderia ser qualificada como parte da tradição do “autoritarismo de crise” (SAES, 1985; FONSECA, 2011). Em outras palavras, mesmo abraçando doutrinas liberais, o que implicava em defesa da liberdade de expressão, liberdade de reunião e de eleições regulares (de preferência, sem a presença de partidos de esquerda), muitos dos nossos liberais abrigados no jornalismo corporativo não hesitavam em aplaudir golpes de Estado e soluções autoritárias em momentos de “ameaça à ordem social”<sup>2</sup>.

Apesar disso, as diferenças entre os vários jornais das principais cidades brasileiras em relação ao regime militar (1964-1985) não devem ser menosprezadas. Se, como dissemos, havia certo consenso na legitimidade da conspiração contra o presidente João Goulart, justificada muitas vezes por um anticomunismo e antirreformismo grosseiros mobilizados em nome de um liberalismo genérico e conservador, a construção do regime autoritário mais dividiu do que uniu os jornais. Portanto, o fato dos jornais em análise neste artigo se reivindicarem como “liberais” não deve implicar na anulação das diferenças de perspectivas que matizaram estes valores genéricos, sobretudo em torno de três pontos: perspectiva mais ou menos democráticas de política e sociedade nas condições históricas dadas pela realidade brasileira; concordatas com ações autoritárias, com as restrições às liberdades públicas e com a violência de Estado praticadas pelo regime em nome da ordem social; o papel do Estado na regulação da economia visando a construção da ‘justiça social’. Ao que parece, estes temas foram centrais no surgimento de diferenças de opinião sobre o golpe e o regime, muitas vezes sutis, entre os jornais aqui analisados.

Houve periódicos que aplaudiram por muito tempo o regime, só se afastando quando os níveis de aceitação social da ditadura caíram vertiginosamente, o que

<sup>2</sup> A rigor, além da chamada “imprensa alternativa” conduzida por jornalistas-militantes e organizações de esquerda, só o jornal trabalhista *Ultima Hora* e a revista *IstoÉ* (entre 1977 e 1981) assumiram posições que iam além de um liberalismo conservador ou moderado, quando não abertamente oligárquico e elitista, que pautou (e pauta) a imprensa brasileira.

aconteceu a rigor, só nos anos 1980, numa escala que ainda precisa ser melhor conhecida pela historiografia. Houve outros jornais liberais que se tornaram críticos nos primeiros dias do regime, e ainda outros que acreditaram em uma “ditabrand” de transição até que a edição do AI-5 lhes impedisse qualquer visão enviesada sobre a existência de uma ditadura de fato e de direito. O exemplo, no primeiro caso, foi o *Correio da Manhã*, e do segundo, o *Jornal do Brasil* (CHAMMAS, 2012).

Por conta desta trajetória sinuosa e cheia de alternativas em relação ao regime que ajudaram a construir, mas ao mesmo tempo coerente com os valores ideológicos que lhes pautavam – herdeiros de um liberalismo elitista e oligárquico – os jornais brasileiros constituem uma fonte e um objeto historiográfico ricos e instigantes. Não apenas porque permitem mapear a posição do campo liberal em seus diversos matizes em relação ao regime militar, mas também porque traduzem processos complexos e sutis de construção de memória social sobre o período. A memória construída pelos jornais não apenas ajudou a elaborar e veicular imagens hegemônicas de longa duração sobre a ditadura, mas também construiu uma autoimagem quase sempre heroica dos próprios jornais no período, criando álibis e explicações para inocentá-los de qualquer responsabilidade na construção e sustentação do regime dos generais e no clima de repressão política que se instalou no Brasil. Situando-se como vítimas do arbítrio, sobretudo no período de vigência do AI-5, não é raro ver elogios da resistência democrática, da qual a imprensa liberal se vê como parte essencial, chegando a ter alguns pontos em comum com a memória das esquerdas sobre o período, sobretudo na área artístico-cultural. Nas complexas redes de oposição ao regime militar, a aliança estratégica entre grupos liberais, principalmente ligados ao jornalismo e à vida cultural, e intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro, teve consequências diretas na afirmação simbólica de uma resistência democrática e cultural que serviu de eixo à memória social sobre o período (ROLLEMBERG, 2006; NAPOLITANO, 2015).

Neste artigo, minha intenção é analisar as posições de quatro dos principais jornais brasileiros em relação ao regime militar e, ao mesmo tempo, propor uma cartografia da construção da memória hegemônica<sup>3</sup> sobre o período, entrecruzada com o jogo de aproximações e afastamentos, críticas e balanços,

<sup>3</sup> O conceito de “memória hegemônica” implica no reconhecimento de que os processos sociais de construção das lembranças sobre o passado são o resultado de lutas e alianças políticas e

veiculados pelos editoriais acerca dos aniversários anuais do golpe de 1964. Foram escolhidos os jornais: *Jornal do Brasil* (JB) e *O Globo* e *Folha de São Paulo* (FSP) e *O Estado de São Paulo* (OESP)<sup>4</sup>, tendo como foco analítico os editoriais que rememoraram o golpe de Estado de 1964 nos seguintes anos: 1965, 1967, 1972, 1973, 1974, 1977, 1979, 1984 e 1985. Estes periódicos tinham grande influência entre o empresariado e a classe média das duas principais cidades brasileiras, grupos importantes na formação de uma “opinião pública” nacional e na interlocução da sociedade civil com o regime vigente.

Francisco Fonseca, em alentado estudo sobre a posição ideológica dos jornais acima citados a partir do final do regime militar, os define a partir de quatro perspectivas políticas. Para o autor, o JB seria marcado por um “liberalismo inconsequente” (FONSECA, 2005, p.112), sobretudo no plano econômico, defendendo o princípio da iniciativa privada como eixo da modernização, contra o “estatismo” que marcou o regime militar, sobretudo os anos do governo Geisel. *O Globo* foi definido pelo autor como expressão de um “governismo inveterado”, ao menos a partir da implantação do regime militar em 1964, temperando sua verve liberal com o pragmatismo daqueles que querem estar próximos do poder, sempre apostando em uma transição política que fosse pautada pela continuidade e pela acomodação de interesses entre o velho e o novo regime (FONSECA, 2005, p. 136). A *Folha de São*

culturais em momentos-chave da reelaboração do sentido dos eventos e processos (o que eu chamo aqui de ‘dobras’ temporais, e implicam em seletividade de processos e revisões de sentido pelos atores sociais que a forjaram). No caso do regime militar brasileiro, a memória hegemônica foi construída por liberais em processo de afastamento do regime, que se apropriaram inclusive de críticas produzidas pela esquerda, sobretudo vindas do Partido Comunista Brasileiro, importante ator na elaboração desta linhagem de memória. Ela não deve ser confundida com qualquer tipo de “história oficial”, pois não são forjadas em instituições historiográficas oficiais, altas comissões de Estado ou chanceladas pelo establishment político dominante. Seu campo de elaboração e atuação privilegiados são a imprensa, a universidade, os movimentos sociais, o sistema de artes, que muitas vezes estão em conflito com este establishment, mas conseguem se impor nas “batalhas de memória” e neutralizar outras visões sobre os mesmos eventos em disputa (ver NAPOLITANO, 2015).

<sup>4</sup> Para uma visão geral dos jornais aqui analisados, leia-se: CAPELATO, Maria Helena e MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo, 1921-1981*. São Paulo: Impress, 1981; CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino - a imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1992; RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007; LESSA, Washington Dias. Amílcar de Castro e a Reforma Gráfica do Jornal do Brasil. In: *Dois Estudos de Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1995; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

*Paulo* seria caracterizada a partir de uma “volatilidade ideológica” (FONSECA, 2005, p. 150), demarcando uma linha editorial que evita qualquer rigidez doutrinária e procura assimilar tendências culturais e ideológicas do leitor médio. Assim, embora abrace, como os demais jornais, as bases gerais da ideologia liberal (liberdade de expressão, de manifestação, defesa da propriedade e da iniciativa privadas e da liberdade individual), a *Folha* o faz tentando acompanhar a fluidez e as mutações da classe média, sobretudo os setores mais progressistas, jovens, escolarizados e intelectualizados que se tornaram foco do jornal a partir do chamado “Projeto Folha”<sup>5</sup>. Finalmente, *O Estado de São Paulo*, segundo Francisco Fonseca, seria marcado por uma linha editorial altamente doutrinária, pautada pelo “liberalismo positivista”, o que a princípio soa como um paradoxo. Esta linhagem tenta conciliar a defesa intransigente da iniciativa privada como a base do progresso econômico, aliada a uma defesa igualmente intransigente da ordem e da hierarquia social tradicionais, o que no Brasil significa a proeminência do empresariado (sobretudo de origem rural), da classe média profissional-liberal como base social e dos militares como garantia de estabilidade republicana.

Estas definições, sintetizadas nas frases espirituosas do autor, não devem obscurecer o caráter muitas vezes contraditório da linha editorial destes jornais, todos apoiadores entusiasmados do “Movimento de 1964” (sic!), mas críticos de muitos aspectos do regime político que se seguiu. De todo modo, pudemos constatar que estas definições rápidas da linha editorial em seus aspectos político-ideológicos<sup>6</sup> podem constituir um ponto de partida instigante para pensar os editoriais sobre o golpe de 1964. Neste sentido, a posição rígida e doutrinária d’*OESP* tenta

<sup>5</sup> A rigor, o “Projeto Folha” foi implantado em junho de 1984, com foco técnico-jornalístico. Mas suas bases e pressupostos foram gestados a partir de 1977/1978, com a nova inserção do jornal no contexto da redemocratização, articulando novos temas, abordagens e princípios de composição jornalísticas das matérias, reportagens e opiniões presentes na *FSP*. NOVELLI, Ana Lucia. *O projeto Folha e a Negação do Quarto Poder*. Mestrado (Comunicação) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994.

<sup>6</sup> Vale lembrar que a referência ao liberalismo aparece nos textos corporativos e editoriais que definem os jornais em questão. Além das bases do que se poderia chamar de “ideologia liberal” (liberdade de expressão, liberdade de reunião, direitos e garantias individuais básicas definidas pela lei, inviolabilidade da propriedade privada, liberdade de contratos entre entes privados livres, divisão isonomia de poderes constitucionais de um Estado-nação, entre outros), o jornalismo corporativo alinhado a esta tradição agrega outros elementos: princípio de objetividade informativa, apartidarismo, imparcialidade, pluralidade de opinião. Obviamente, trata-se de uma autoimagem dos jornais que nem sempre é livre de incoerências e contradições.

conciliar a defesa da ordem social a das liberdades públicas para as classes “superiores”, o que explica o tom liberal-conservador que pautou o jornal, mesmo na crítica ao regime militar. Esta linha de opinião se torna contumaz a partir de 1967, e se acirra em 1974, depois de dois anos de censura prévia ao jornal (AQUINO, 1999). Os editoriais d’*O Globo* aqui analisados também confirmam a imagem sintética proposta por Francisco Fonseca, defendendo sem maiores restrições não apenas do golpe de 1964, bem como do próprio regime militar até depois de 1979, quando boa parte da imprensa liberal se afastava dos militares no poder. A *Folha* e o *Jornal do Brasil*, por outro lado, são mais difíceis de mapear a partir de uma imagem sintética. A partir dos anos 1970, ambos consolidaram suas respectivas imagens com uma imprensa de oposição liberal tipicamente progressista e democrática, mas esta visão pode ocultar momentos de adesão ao regime militar, como mostrado por Eduardo Chammas no caso do *JB* (CHAMMAS, 2012). O autor demonstra que a linha editorial do *JB* reconheceu a necessidade da cassação de Juscelino Kubitscheck (1964), apoiou a edição do Ato Institucional nº 2 (1965), não aderiu à Frente Ampliada lançada em 1966, e apoiou a eleição e posse de Costa e Silva, entre 1967 e 1968. O *JB* se pautava por um tipo de “realismo político” adesista, tentando convencer seus leitores de que o governo tinha de agir para defender a “Revolução”, direcionando seu discurso ao Congresso Nacional para convencer os parlamentares desta mesma razão política superior que justificava as medidas discricionárias.

Em suma, se há um conjunto de imagens recorrentes nos discursos sobre os aniversários do golpe em vários jornais aqui analisados, como tentarei demonstrar ao longo deste artigo, não se pode desconsiderar as diferenças políticas e matizes ideológicos, em que pesse sua adesão a um solo liberal comum. Um ponto comum, por exemplo, é a defesa da política como ação moderada que visa a conciliação, a não ser no trato dos inimigos das “tradições liberais brasileiras” (“demagogos”, “subversivos”, “comunistas”), o que não raro nos fez encontrar nos editoriais comemorativos do golpe a defesa de medidas punitivas contra os “inimigos da Revolução”, sobretudo antes do AI-5.

## Comemorar, rememorar, revisar: as dobras do tempo histórico na imprensa

Nos editoriais analisados, o golpe de 1964 é chamado quase sempre de “Revolução” ou “Movimento”, sendo

preservado das contradições e germes autoritários nele embutidos. A argumentação e as representações simbólicas veiculadas nestes editoriais revelam não apenas o leque de críticas liberais ao regime, mas nos permitem mapear a construção da memória social, alicerçadas em “dobras” do tempo histórico, pontos de virada do discurso memorialístico em que a revisão crítica do passado e a síntese do que deve ser lembrado ou esquecido são particularmente significativas e contundentes.

Alesandra Carvalho e Ludmila Catela analisaram como a efeméride do 31 de março foi lembrada em jornais brasileiros nos anos de 1974, 1984 e 1994. A perspectiva das autoras foi observar “os aniversários redondos como espaços de absorção, ativação e recapitulação do ano que se recorda”, analisando a imprensa entre outros materiais simbólicos. Como conclusão, as autoras demonstram o caráter de festa e triunfo em 1974, seguido do balanço crítico em torno das comemorações dos 20 anos (1984) e de um acirramento da batalha da memória em 1994, marcado por rememorações do 31 de março sem um grupo que funcione como “centro nevrálgico” na sociedade, e por uma certa incorporação, pela imprensa, da memória crítica ao regime (CARVALHO; CATELA, 2002).

Portanto, nesta cartografia da memória em torno do significado do golpe de 1964 tal como construído pela imprensa liberal, notamos que os discursos em torno do golpe expressam os valores ideológicos dos jornais e seus donos, mas também traduzem as novas agendas que vão surgindo nos anos 1970, construídas e veiculadas na imprensa enquanto Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>7</sup>: retorno a uma “normalidade democrática” depurada do “populismo irresponsável”, defesa da supremacia da “iniciativa privada” e da diminuição do Estado como agente econômico direto. Além disso, há um esforço para evitar uma aliança estratégica dos movimentos da classe média oposicionista de inspiração liberal-democrática com os movimentos sociais que ocupavam as ruas sob a hegemonia de uma nova esquerda radical (calcada no Movimento

<sup>7</sup> Os Aparelhos Privados de Hegemonia são organismos sociais privados, portanto contando com adesão voluntária (e não coercitiva) dos seus membros, voltados para a produção e difusão de ideias e valores que atuam dentro das relações sociais de poder. Tem independência em relação ao Estado, mas ao mesmo tempo tem um papel importante na conformação do espaço público (ver GRAMSCI, Antonio). *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo* (v. 2). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004, p. 195-214. Para uma definição mais sintética ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 54-55.

Estudantil, Operário e Social). Esta possibilidade de confluência entre a oposição liberal e a oposição de esquerda em nome de valores democratizantes, que volta à pauta jornalística a partir de 1977, ainda é pouco estudada pela historiografia, constituindo uma espécie de “pacto democrático-popular” que acabou abortado na transição democrática de fato (BRESSER-PEREIRA, 2014). Os jornais da grande imprensa nunca tiveram muita simpatia pela politização das ruas, sobretudo pelo potencial de conflito social e de radicalismo democratizante que elas poderiam representar, defendendo que a transição ganhasse outros rumos, mais parlamentares, institucionais e palacianos. Mesmo a FSP que articulou e aderiu a um movimento de ocupação de ruas massivo como as *Diretas Já*, o fez à medida que este movimento tinha um caráter cívico e ecumênico, voltado para o apoio de uma medida institucional de redemocratização – a emenda constitucional que traria de volta ao calendário político do Brasil a eleição direta para Presidente. Não foi raro, nos jornais, comparar a vontade das ruas em 1984, com as marchas pela “democracia” em 1964, demonstrando que a memória também estava perpassada pela dialética da tragédia e da farsa que aproxima eventos históricos formalmente similares, mas substancialmente diferentes entre si.

Sem prejuízo das linhas gerais que demarcam os jornais, e suas semelhanças discursivas, a cartografia da memória que neles se desenha é marcada por contradições, desvios, revisionismos, idealizações passadistas e projeções de futuro. As datas aqui escolhidas são tomadas como pautas importantes da memória, organizando processos de fluxo temporal e narrativas valorativas sobre os eventos, marcando o que podemos chamar de “dobras de tempo histórico”<sup>8</sup>. Vale lembrar que as datas são signos que ganham sentido histórico e ideológico efetivo quando vistas em perspectiva, muitas vezes com prejuízo do seu sentido político efetivo dentro de uma conjuntura específica.

<sup>8</sup> O termo “dobra”, tal como o utilizado neste texto, indica o momento em que as experiências históricas e o processo de formatação da memória entram em tensão máxima (posto que a tensão é o estado natural de ambas), quase sempre por causa do rearranjo de valores ideológicos, lugares sociais ou práticas políticas dos atores envolvidos neste processo. Nesses momentos de tensão máxima, um evento passado muda qualitativamente de sentido para as narrativas que se constroem a partir dele, podendo ser reinterpretados radicalmente, subsumido por outros eventos, apagado da narrativa ou, no limite, inventado ou monumentalizado como tal, a partir de reminiscências e dados brutos de experiência (relatos, ruínas, vestígios fragmentados, etc). Este processo não necessariamente se restringe aos historiadores acadêmicos, mas pode ser posto em marcha por vários outros agentes de memória.

## Os primeiros anos: O Golpe como processo histórico aberto

Nos editoriais publicados entre 1965 e 1967 predomina uma visão de processo histórico ainda aberto e em construção, sendo o golpe de Estado de 1964, sempre chamado de “movimento” ou “revolução”, visto como um marco temporal na superação do “caos”. Este “caos” seria a ameaça de ruptura social e ideológica nas “tradições brasileiras”, representado pelo reformismo de Goulart, apoiado pelas esquerdas trabalhista e comunista. O evento de 1964 é visto pelos jornais liberais como uma jornada em defesa da democracia e da “vocação” brasileira para fazer parte do “mundo ocidental e cristão”, mesmo quando o regime militar autoritário produzido no bojo da queda de Goulart estava consolidado e irreversível. Aliás, todos os jornais analisados, em seus editoriais, nunca chegaram a fazer uma crítica profunda da adesão ao golpe de 1964, mesmo quando criticavam os “desmandos e desvios” do regime que se estabeleceu posteriormente. A avaliação e o entusiasmo com o regime variam de um elogio recorrente em todos os jornais, no primeiro aniversário do golpe, a uma desconfiança crescente sobre a natureza ditatorial do governo Castelo Branco que se consolida no final do seu mandato, ocorrido dias antes da comemoração de três anos do golpe. Em 1967, *O Globo* mantém o tom de celebração na nova ordem, enquanto *OESP* já começava a apontar as fragilidades da estrutura política do regime. O *JB* saúda Costa e Silva como “esperança” para deter a ditadura em marcha, identificada com Castelo Branco.

Outro elemento comum em muitos editoriais, corolário da visão celebrativa dos eventos de 1964, é a afirmação do pertencimento dos jornais ao clã dos revolucionários “de primeira hora”, com autoridade moral, portanto, para tentar pautar os rumos do regime. Havia uma percepção, entretanto, principalmente por parte do *OESP*, de que o governo militar tinha se “encastelado” no Estado e estabelecido uma ditadura, como se esta não estivesse embutida dentro das possibilidades de 1964. Neste sentido, há um contraditório jogo de afirmação de uma origem comum, traída pelo rumo da história e daqueles que ocuparam a cena política depois do golpe.

*OESP* de 31/3/1965 (“O 1º ano da Revolução”, *Notas e Informações*, p. 3) vê o Golpe como “movimento uníssono e espontâneo da tropa federal obedecendo um impulso de revolta da população civil”, enfatizando na sequência que “as Forças Armadas voltaram a integrar-se disciplinadas no sistema democrático

*que nos rege*”. O foco era dado no “saneamento” administrativo do Estado nacional e no expurgo político da esquerda e do “populismo”. Para o *OESP*, o novo regime era o início de uma fase de “austeridade e trabalho”, e o jornal não poupa elogios ao expurgo no Congresso, pois a “derrubada dos representantes da contra-revolução [sic]”, ergueu a “moral do Congresso”. O editorial ainda pede mais expurgos: “Revolução não se faz com panos quentes”, e deveria dotar o país de um sistema político imune ao maior “defeito” do regime anterior, a “demagogia, manipulação das massas”.

A *FSP*, jornal que ainda não tinha à época a importância como formador da opinião pública que terá nos anos 1970, no seu editorial de 1965 (“Um ano, saldo favorável”, 31/3/1965, p. 3), mantém o tom de elogio ao general Castelo Branco. Sob o título de “Um ano: saldo favorável”, o editorial reitera os clichês sobre o pré-golpe presentes em outros jornais, afirmando que a ‘Revolução deteve a anarquia’, e precisou de uma “fase punitiva”, nem sempre equilibrada, sobretudo porque se delegou aos executivos estaduais prerrogativa de aplicação das sanções, deixando com que muitos fizessem sua “revolução pessoal” não “isenta de paixões”. Mas fazia elogios rasgados ao Marechal Castelo Branco, militar “aberto a críticas”, embora nem sempre tenha encontrado a “solução correta”. O estilo da administração do Estado e da economia era elogiado, destacando-se o “propósito reformista” do governo Castelo Branco, praticando uma política financeira com objetivos claros, e operando uma reforma administrativa em curso, ainda incompleta. Restava, conforme o editorial, o desafio de integrar estudantes e trabalhadores à política da revolução, “campos onde ainda medram dúvidas e ressentimentos”.

Entretanto, em 1967, a avaliação do Governo Castelo que findara em 15 de março daquele ano, ganha um tom mais crítico nos editoriais em relação ao primeiro general que presidiu o país. Terminado o seu mandato, a visão do governo Castelo era diferente da memória do “castelismo” que se construiu nos anos 1970, como expressão de uma linha moderada das Forças Armadas. O general era representado em vários jornais mais como o artífice de um autoritarismo político crescente, cada vez mais afastado dos supostos “ideais democráticos” de 1964. Ao contrário, Costa e Silva, hoje identificado com a “linha dura” militar que gestou o AI-5, era tido como o portador de uma nova esperança de normalidade política e constitucional. Nesta chave, o *JB* apoiou a “eleição” de Costa e Silva, vista como uma solução pragmática diante do vazio político produzido pela crise que desencadeou o AI-2,

produto, por sua vez, da falta de escolha dos defensores da “revolução” diante do resultado das eleições diretas para governador em 1965 (CHAMMAS, 2012, p. 65).

Não faltaram motivos aos liberais que apoiaram o golpe se afastarem de Castelo. Aquele que prometia ser um Presidente de transição para realizar o expurgo focado nas lideranças de esquerda e trabalhistas, e preparar a reforma administrativa do Estado, acabou seu mandato como o “legislador totalitário”, conforme expressão do *OESP*, impondo um novo Ato Institucional (outubro de 1965), uma nova Constituição (janeiro de 1967), uma nova Lei de Segurança Nacional (13 de março de 1967) e, pior na visão dos jornais, uma restritiva Lei de Imprensa (fevereiro de 1967). Além disso, no seu governo, o Congresso foi fechado e novos parlamentares cassados. Apesar da relativa liberdade de expressão, o impacto desta legislação autoritária não passou despercebido pelas consciências liberais, colocando em xeque muitas das palavras de ordem defendidas em 1964. Costa e Silva, além de prometer a “liberalização” e a “humanização” do regime, iniciou uma política de retomada do desenvolvimento industrial que culminaria no “milagre econômico”, afastando-se da política econômica recessiva de Castelo Branco. Em 1967, mesmo para os liberais que tinham apoiado o golpe, ao contrário de meados dos anos 1970, o castelismo era sinônimo de ditadura em franca construção, e não de ditabrande ou “ditadura envergonhada”<sup>9</sup>.

Mas com a posse do novo governo e o afastamento da esquerda trabalhista do coração do Estado, ainda havia razões para acreditar que o sistema político e o governo se reencontrariam com as demandas liberais de 1964. Três anos depois, apesar dos eventuais descaminhos, *OESP* ainda via “razões de sobra para celebrar agora a memorável data de 31 de março” (“31 de março”, *Notas e Informações*, 31/3/1967, p. 3). O golpe, como evento, ainda parecia fazer parte do fluxo do tempo histórico em construção, pois a natureza autoritária do regime ainda não estava nitidamente definida e captada no fluxo da consciência expressa nos editoriais. *OESP* enfatizava o “caos” anterior ao golpe, advertindo contra a “memória fraca dos povos”, reafirmando que o regime encabeçado pelo “pupilo do ditador” (referindo-se à filiação de Jango a Vargas), significou o risco de “desmoronamento das tradições e instituições brasileiras”. Mas o tom monolítico sobre o

regime posterior ao golpe já não era isento de um olhar crítico e de algumas dúvidas inquietantes. O jornal afirmava que “*Nem tudo correu do melhor nestes mil dias desde 1964*”, propondo um balanço que colocava o campo político na berlinda, tom que manteve até o começo do governo Geisel. Enquanto tecia elogios aos avanços na economia e no controle inflacionário, bem como na política exterior “*recolocando o Brasil na linha evolutiva de civilização que dá força às suas instituições*”, o campo político preocupava o jornal paulista. O tom era bastante franco e duro contra o ex-presidente: “*Castelo Branco abrigou dentro de si uma vocação de legislador, mas de legislador totalitário*” (...) “*expedindo decretos sobre decretos*”, estranhos à “*consciência liberal da nação*”. Assim, a “revolução que visava democratizar a vida nacional”, redundou em uma “ditadura militarista”, com a justiça administrada pelos quarteis.

O editorial da *FSP* 31/3/1967 (“três anos”, p. 3), destaca que foi um “triênio duro”, mas preparatório de “dias melhores”. Novamente, o imediato pré-golpe é sacramentado como explicação para as dificuldades nacionais, denotando uma sensação de fluxo aberto do tempo histórico que unificava a crise do “governo Jango” e a reação salvacionista do “movimento de 1964” ao presente (no caso, 1967) em construção, conforme o momento registrado pelo editorial. O jornal reiterava que não se podia “perder de vista o legado do governo deposto” (“inversão de valores”, “subversão”, “caos nas FFAA”), colocando uma “*tarefa de dimensões extraordinárias ao primeiro governo revolucionário*”. Mas o jornal se perguntava: “*Cumpriu-a bem? Só o futuro dará uma perspectiva necessária para uma resposta definitiva*”. O saldo “positivo” era o mesmo que aparece nos outros jornais: reestabelecimento da “ordem”, seriedade administrativa, autoridade, controle da inflação. Para a *FSP*, muitas dessas qualidades, entretanto, geraram defeitos: “*autoritarismo, demasiada rigidez na política traçada em alguns campos, autossuficiência, pouca sensibilidade à opinião nacional*”. No campo político, soluções nem sempre “felizes”, conforme o jornal: bipartidarismo, eleições indiretas, “*amesquinhamento do poder civil*”. Nota-se a percepção da construção de um regime autoritário, insulado no Estado, mas ainda explicável e justificável na ótica liberal pela necessidade de expurgar o legado do governo deposto, e atenuado pela expectativa de uma “normalização” no futuro. Esta seria uma das características da consciência de um fluxo de tempo aberto, ainda sem dobras claras, como a que ocorreria com a decretação do AI-5 em 1968.

<sup>9</sup> Um exemplo de visão heroica do “castelismo” como projeto inerente ao golpe e destino manifesto do regime, pode ser visto em GASPARI (2002).

*O Globo* no seu editorial de capa (31/3/1967), afirmava que o terceiro aniversário do “movimento de 1964” ainda deveria ser compreendido com um fluxo de tempo revolucionário, marcado pelo processo de reorganização nacional que não havia terminado. Neste sentido, ao contrário da tradição liberal de enfatizar a conciliação, o *Globo* criticava os discursos de “união nacional”, muito fortes na campanha e na posse de Costa e Silva, uma “*utopia que rima com anistia*”, que representaria o caminho para a autodestruição da obra ‘revolucionária’, pois a era dos sacrifícios ainda não findou”. Provavelmente, o recado era contra a possível anistia dos políticos cassados pelo regime, a começar por JK. Ao contrário dos jornais paulistas, que colocavam uma dúvida na obra política do regime, *O Globo* só tinha elogios aos militares no poder: “*O que foi feito nestes 3 anos: uma obra inteligente e decente*”. O novo governo teve a “*coragem de ir às causas*”, ao contrário de outros momentos em que houve a intervenção das Forças Armadas, “que se limitavam a eliminar os efeitos”.

O clima de distensão e expectativas positivas do começo de 1967 não se confirmou, apesar das promessas de Costa e Silva. A sintomática prisão do jornalista Hélio Fernandes, que criticara Castelo Branco, anunciarava tempos duros para a imprensa<sup>10</sup>. A percepção de crise tomou conta dos jornais em 1968.

Neste ano, e também em 1969, a percepção do fluxo histórico pelos jornais aponta para uma dobra de tempo importante, sintetizada em imagens de uma “crise” disjuntiva que ameaçava o projeto político do regime e o significado de 1964 como momento bem-sucedido de “retorno à ordem” ameaçada pela subversão. O aniversário do golpe em 1968 foi obscurecido pela grave crise estudantil e política provocada pela morte do secundarista Edson Luís pela polícia carioca, em fins de março. Já em 1969, as desilusões que o AI-5 provocou nos liberais, e a presença crescente da guerrilha urbana aprofundam a sensação de incerteza sobre o passado e o futuro, embaralhando “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa”, para usar os termos de Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 2006). Neste sentido é que podemos falar em uma dobra de tempo histórico ocorrida entre 1968 e 1969, com implicações definitivas sobre a construção da memória liberal sobre o regime militar.

<sup>10</sup> O jornalista Helio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, foi preso por 60 dias em 1967, depois de escrever um obituário do general Castelo Branco, morto em um acidente aéreo em agosto daquele ano. O texto foi considerado ofensivo pelas Forças Armadas.

Por um lado, os editoriais davam espaço para a questão estudantil, com algumas visões até generosas e paternalistas sobre os jovens em protesto, vistos como categoria social genérica, até porque a questão estudantil era muito sensível para o público de classe média que lia os jornais. Por outro, faziam eco das ameaças do governo à “desordem e à subversão” que os protestos estudantis veiculavam.

O editorial da *FSP* (31/3/1968, p. 3) criticava a repressão policial, colocando-a no mesmo plano da “*exploração de cadáveres*” pela oposição, bem como da “*infiltração extremista*” no meio estudantil. Para o jornal, a “raiz” do conflito entre a “revolução” e a “juventude” estava na insensibilidade do governo para com os jovens, na aposta na repressão, exemplificada pela nomeação de militares (no caso, o Coronel Meira Matos) para o MEC, uma pasta ministerial tão “sensível” para a opinião pública. Estes elementos, para o jornal, não sinalizavam uma aposta no “diálogo”. O editorial vaticina, em tom profético: se não houver uma mudança de “180 graus” na política estudantil, a “Revolução” corre o risco de se “*incompatibilizar definitivamente com a juventude*”. Com efeito, o regime militar jamais conseguiria uma mobilização ativa e hegemônica na juventude em sua defesa, sobretudo nos setores secundarista e universitário, apesar de várias iniciativas como o Projeto Rondon (LIMA, 2015).

*O Globo* também destacou a crise estudantil à guisa de editorial (“A morte no Calabouço, análise e síntese”, 31/3/1968, p. 3), o que ofuscou as matérias e debates sobre o aniversário do golpe em si. Como os outros editoriais do ano de 1968, lamentava a morte de Edson Luís, mas capitalizava a crítica contra os “*subversivos*” que dela se aproveitaram. De todo modo, o jornal afirmava que diante da tragédia, “*deixaram de existir dimensões ideológicas*”. Mas o editorial não perdeu a chance de culpar a esquerda, qualificando a morte do rapaz como mero “*erro*” técnico da polícia, e não como resultado de uma política de repressão sistemática aos movimentos sociais. Já os militantes do Movimento Estudantil eram “*agitadores profissionais*” treinados na “*escola da crueldade*”, “*cérebros malignos*” que se “*aproveitaram dos erros da polícia*”. O jornal também criticava Carlos Lacerda, um dos líderes da Frente Ampla lançada em 1966, que se teria aproveitado da crise estudantil para criticar o governo, chamando a atenção para a “*crueldade tradicional do veterano agitador*”. Na sequência, o editorial tentava pautar um caminho político para o governo Costa e Silva superar a crise: “*O governo precisa encontrar unidade interna para enfrentar um inimigo que se*

mostrou singularmente ousado". Vale lembrar que esta unidade, ao contrário do que a memória sobre as supostas divisões entre linha moderada e linha dura consagraram posteriormente, seria obtida pelo AI-5<sup>11</sup>.

O *JB* cobriu a crise estudantil evitando culpar diretamente o governo pela morte do estudante Edson Luís, preferindo enfatizar a necessidade de uma "reforma do ensino" que, por sua vez, não seria obtida com violência por parte dos estudantes (CHAMMAS, 2012, p. 90). No mesmo ano, o editorial de 3 de abril, dizia que a ação violenta dos estudantes poderia ter como resultado uma demanda de ordem por parte dos militares, "por imposição de um sentimento instintivo de defesa" (apud CHAMMAS, 2012, p. 90). Entre a demanda por ordem e o vaticínio do recrudescimento do autoritarismo, o jornal tentava construir uma pauta política naqueles dias de crise e incerteza.

A percepção da crise, portanto, fazia com que os editoriais ao mesmo tempo previssem, e talvez até clamassesem, por uma solução de força, um "choque de ordem". Em dezembro de 1968, a resposta do governo se fez ouvir, atendendo pelo nome de Ato Institucional nº 5.

## Os "Anos de Chumbo" – elogio da economia, crítica política

Os "anos de chumbo" (1969-1973) impuseram aos liberais a visão clara e nítida de uma ditadura consolidada, ainda que eventualmente justificável pelas ameaças à ordem dos "radicais", agora vindos da esquerda armada. Os editoriais, de maneira camouflada e enviesada, floreada de eufemismos, apontam para uma a clara percepção da natureza violenta do regime, potencializada pela falta de um modelo político institucional, produto do esfacelamento das decantadas intenções "democráticas" de 1964. Ao mesmo tempo, é patente o entusiasmo com o ritmo de crescimento da economia. Ao final desta nova dobra do tempo histórico, que ocorre por volta de 1973, podemos apontar que se encerra um ciclo de "experiências matriz" que marcaram a memória hegemônica sobre o regime,

<sup>11</sup> O cientista político João Roberto Martins Filho, ao contrário da memória social e mesmo das análises historiográficas dominantes, entende o AI-5 como momento de união das Forças Armadas, e não como produto dissenso entre linha dura e linha "moderada" das Forças Armadas, com a imposição da primeira sobre a segunda. Naquele momento, todas as correntes políticas militares compartilharam da perspectiva de uma crise aguda que colocaria em risco a "Revolução", construindo um consenso em torno do AI-5 (MARTINS FILHO, 1995).

pautadas pelas oscilações entre adesão ou afastamento do regime por parte do pensamento liberal.

A edição do AI-5, em dezembro de 1968, não apenas marcou o fim de um ciclo político do regime militar, reforçando seu caráter discricionário e autoritário, mas também exigiu uma mudança de perspectiva sobre o golpe e as esperanças de um novo arranjo político de curto prazo que pudesse ser minimamente apresentado como "democrático" e "constitucional", mesmo dentro dos limites conceituais do liberalismo conservador brasileiro. O reforço do Poder Executivo e a submissão completa dos direitos e garantias individuais diante de qualquer suposta ameaça à Segurança Nacional, exigiam muita ginástica retórica para qualificar o regime como uma "obra em construção" na direção de uma vaga "democracia", bem como para preservar qualquer ideal "democrático" contido no momento do golpe. Para sorte dos liberais, os editorialistas da grande imprensa são mestres em ginásticas retóricas.

*O Globo* ("Cinco anos fecundos para o Brasil", 1/4/1969, editorial de capa) decretava, de maneira jactante: "Há cinco anos o país estava à beira do abismo totalitário". A derrubada de Goulart e o afastamento da "subversão" do coração do Estado, ganhava conotações épicas: O 31 de março deveria ser considerado uma "data importante", não apenas no Brasil, mas "na história das Américas (...) dia nefasto na agenda do Kremlin". O jornal enfatizava a continuidade dos governos da "revolução", mesmo quando era patente as tensões internas nas Forças Armadas, só suspensas naquele momento de luta contra a guerrilha de esquerda: "Castelo Branco: iniciou um processo de reformas sério e inteligente" e Costa e Silva "defrontou-se com problemas políticos sérios", enquanto na "órbita administrativa", colheu "alguns louros", com destaque para as realizações econômicas do seu governo.

O tom elegíaco continua no editorial do mesmo jornal publicado dois anos depois ("Sétimo aniversário", 31/3/1971, editorial de capa), embora deixe transparecer a dificuldade da vida política brasileira sob tutela autoritária, ao registrar que "o regime atual ainda se ressente da falta de formas definidas". Na sequência, entretanto, expressa um *wishful thinking* que, revisto hoje em dia, pode soar como farsa ou cegueira diante da realidade dos "anos de chumbo": "(...) mas percebe-se que o país marcha ao encontro de cristalização de um sistema jurídico-político em que as características básicas da democracia serão preservadas". O anticomunismo não poderia deixar de estar presente. No editorial,

além das “memoráveis realizações no plano interno”, a “Revolução” é destacada por colocar o Brasil como contrapeso da Guerra Fria na América Latina, impedindo a “vietnamização” do continente, revelando afinidade com a visão geopolítica do governo Médici que via no Brasil uma peça fundamental na política de contenção continental do comunismo (PONCE, 2013).

Em 31/3/1973, *O Globo* aprofunda ainda mais o tom ufanista em novo editorial de Capa (“Uma obra vertical”), percebendo o regime militar como um edifício histórico acabado, dotado de características históricas próprias, a partir de uma “Revolução” que não conheceu o “formalismo rígido das doutrinas”. Na análise proposta dos governos inaugurados em 1964, o editorial tenta traçar uma rota linear e heroica, minimizando as notórias tensões dentro das Forças Armadas no exercício do poder. Longe do “legislador totalitário” como qualificara *OESP*, Castelo Branco visto pelo *O Globo* era exemplo de impessoalidade do regime, que tinha alcançado os objetivos políticos da “Revolução”, mantendo as características democráticas e o compromisso com a “ordem constitucional representativa”. Sobre Costa e Silva, o jornal era mais sóbrio, apenas afirmando que ele “manteve as linhas mestras de Castelo”, o que é muito questionável sob o ponto de vista histórico. Mas é sobre o general Médici que o jornal tece os comentários mais elogiosos. Seu governo teria dado uma “modelagem definitiva sob monolítica unidade militar” na obra “revolucionária, construindo um “edifício ao mesmo tempo lógico e humanista” (sic!), confirmado que “democrática é [a] índole” da “Revolução”.

*OESP* saúda a aparente superação das incertezas políticas de 1968 e da estagnação econômica que se fazia presente até 1967. Em 31/3/1972 (“Oito anos depois”, Notas e Informações, p. 3), o jornal afirmava que oito anos “em termos históricos representa pouco” (...) mas para nós, brasileiros, eles significam muito. Deixamos de ser o país do futuro para nos transformarmos no país real do presente”. O foco do elogio é na área econômica, na qual *OESP* vê continuidade entre Roberto Campos (“austero”) e Delfim Neto (“criativo”, “flexível”). Mas a linha crítica no campo político, anunciada já em fins dos anos 1960, se mantém: “Nem tudo é perfeito, todos os regimes cometem erros”, matiza o editorial. Para o jornal, os “Revolucionários de 64” tinham como “calcanhar de Aquiles” o campo da política, pois o regime “produziu tecnocratas, mas não criou uma nova geração de homens públicos” que encarnassem “o espírito e

os fins de 64”. O editorial destaca a necessidade de não se perder de vista o “federalismo” como eixo de um sistema político, e também se preocupa com a continuidade da corrupção, mote para a derrubada de Goulart em 1964: “Cabe-nos como revolucionários apontarmos os desvios”. A falta de uma “Revolução Política” conduzida pelo poder central, gerava, por sua vez, a “falta de democracia”<sup>12</sup>.

O *JB*, que até 1968 mantinha um discurso simpáticos ao regime, no editorial de 31/3/1970, intitulado “Seis anos depois” (p. 2), já deixava mais claro o afastamento crítico que o marcaria ao longo dos anos 1970 em relação aos outros periódicos aqui estudados. Diz o jornal: “Mais do que o estilo faiscante (...) com que será saudada hoje a data de 31 de março, imporia à consciência democrática nacional encontrar explicações práticas para a perda da unidade inicial, quase unanimidade, em torno da ideia revolucionária (...) “A unidade durou exatamente o período de expectativa inicial: a edição do Ato Institucional nº 1, no dia 9 de abril, abalou a própria vitória e produziu as primeiras divergências”. Os Atos Institucionais, sobretudo o AI-5, efetivamente se constituíram em peças de má consciência para os liberais que apoiaram o golpe, ao explicitar uma posição institucional de força por parte do Executivo federal controlado pelos militares. O jornal destacava que o “longo período discricionário” entrava em choque com o “compromisso democrático assumido ostensivamente pelo movimento vitorioso”. Aqui, mais uma vez, notamos a tendência generalizada nos editoriais de separar o golpe de 1964 dos seus efeitos políticos posteriores, preservando na memória seus supostos “ideais democráticos”. Continua o editorial: “As múltiplas lideranças que se empenharam nas mil frentes de resistência contra a esquerda do país (...) cimentaram compromisso liberal-democrático e formularam o desejo expresso de uma revolução”. Mas os Atos Institucionais tornaram impossível manter este compromisso. O *JB* aponta para a existência de uma “linha dura” que colocaria em permanente ameaça a retomada deste compromisso “democrático” de 1964: “Há quem se proponha dentro do universo governamental, a empreender ações políticas e econômicas que contrariam a índole liberal e democrática de nossa evolução histórica”. Para o *JB*, a saída política deste impasse estaria “na volta

<sup>12</sup> Em 1969 e 1972 não há editorial da *FSP*. Na comemoração do golpe em 1972, o jornal reproduz integralmente da fala do general Médici. Vale lembrar também que, neste período, boa parte da imprensa saudou a repressão a qualquer preço contra os grupos armados de esquerda (ver GAZZOTTI, 2006).

*das origens democráticas e às inspirações liberais de 64*<sup>13</sup>.

Portanto, os editoriais dos anos de chumbo revelam uma crescente tensão, que produzia um efeito errático nos discursos dos jornais. De um lado, os editoriais elogiam as realizações do regime e a superação do “caos” pela “ordem”, mas criticam a perda dos “ideais” liberais de 1964. A exceção é o governismo “inveterado” d’*O Globo*, que não vê defeitos na Revolução, e destaca sua continuidade em todos os níveis, e, o mais incrível, sua “índole democrática”.

Estas tensões e ambiguidades só aumentariam com o primeiro decênio da “Revolução”, quando os sinais de que grupos importantes da sociedade civil e das classes médias se afastavam do regime começaram a ser mais patentes, impactando a consciência liberal expressa nos editoriais.

## Os dez anos do regime – em busca do “modelo político”

O aniversário redondo dos dez anos do regime militar (1974) foi marcado pela consciência fraturada dos liberais, que se dividiam entre elogios e dúvidas, entre adesão pragmática e crítica doutrinária. O ano também é um marco na memória liberal sobre o regime militar, signo de um triunfo da suposta “vocação democrática” da sociedade brasileira contra o autoritarismo. A vitória surpreendente do partido da oposição, o MDB, nas eleições parlamentares de novembro foi consolidada, com o passar dos anos, como o evento que apontou para o “começo do fim” do regime militar. Um pouco antes das eleições, na posse de Ernesto Geisel como o quarto presidente-general ocorrida em 15 de março, as promessas de distensão e abrandamento de censura pela imprensa criaram um novo horizonte de expectativas nos atores liberais. Poderíamos dizer que, neste momento, cristaliza-se uma determinada memória liberal do regime, pautada em “experiências matrizes” já consolidadas no discurso sobre o fluxo do tempo desde 1964<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Ao lado a seção “Coisas da Política”, publicou-se, na mesma data, uma coluna intitulada “Em defesa do objetivo original”. Tratava-se da conferência do Marechal Cordeiro de Farias na ESG sobre a necessidade de “recompor as instituições democráticas”, em superação a um “estado revolucionário” permanente (alusão da fala de Médici na ESG).

<sup>14</sup> Entendo como “experiências matrizes” o conjunto de experiências sociais que pautam uma narrativa de memória sobre um processo histórico que é percebido pelos sujeitos e atores da memória, bem como suas instituições sociais, a partir de uma diacronia fechada (NAPOLITANO, 2015).

A derrota definitiva da esquerda armada e o balanço econômico positivo potencializado pelo “milagre econômico”, ainda que em vias de esgotamento do modelo pela força da crise internacional do Petróleo, marcaram a visão dos editoriais daquele ano. Os elogios no campo econômico, entretanto, não escondiam a percepção da “ditadura” como impasse político, e da necessidade da busca de um “modelo político” que se institucionalizasse as conquistas e apontasse para a volta da “normalidade institucional”. Esse eufemismo traduzia a demanda pelo fim do AI-5, pelo fim da censura e pela volta de um arranjo eleitoral e constitucional que melhor equilibrasse os Poderes da República e o sistema político como um todo. Como pauta inicial de uma memória sobre 1964, é patente a “sensação de passado”, percebendo-se uma diacronia fechada do tempo histórico em relação aos dez primeiros anos do regime, com encerramento de um ciclo de afirmação revolucionária e de superação da contestação radical de 1968 e da luta armada, completamente destruída pela repressão. A promessa de distensão do governo Geisel reforçava a sensação de ciclo encerrado e abria um novo “horizonte de expectativas” para o futuro.

Entretanto, o quadro econômico começava a preocupar os segmentos liberais, seja porque o ciclo de crescimento vertiginoso do PIB parecia encerrado com a crise do Petróleo que ocupou as manchetes em 1973, seja porque o governo Geisel sinalizava que sua política econômica seria mais planificada e intervencionista, o que desagradava os liberais mais ciosos. Não por acaso, principalmente a partir de 1977, setores importantes da imprensa começam a investir contra algumas empresas públicas, sobretudo a Petrobrás, e contra a suposta “estatização” generalizada da economia. Iniciava-se a construção de uma agenda ultraliberal que começa a pautar a discussão das políticas econômicas necessárias ao Brasil, na ótica dos jornais liberais, com efeitos sobre a construção da memória (FONSECA, 2005).

A partir de Geisel, com o abrandamento da censura prévia aos jornais, a política volta a ser um tema central na imprensa, fazendo com que os jornais voltem a tentar pautar o debate e as políticas de governo de maneira mais contundente. A censura à imprensa, sem dúvida foi o maior fator de tensão entre os jornais e o governo entre 1970 e 1974. Mesmo com o fim paulatino da censura nos dois anos iniciais do governo Geisel, as tensões ainda pairavam no ar. Os desaparecimentos políticos, mortes sob tortura e prisões clandestinas não desapareceram, ao contrário, até aumentaram nos primeiros anos do governo Geisel. A perseguição e morte de jornalistas de esquerda, como ilustra o caso

notório de Vladimir Herzog, era um fator de tensão nas redações, criando atritos entre os trabalhadores da imprensa e os donos dos grandes jornais, mesmo aqueles mais alinhados com o regime. Mesmo em jornais que foram conspiradores de primeira hora contra Goulart, a censura prévia se fez presente (AQUINO, 1999). A bem da verdade, foi só a partir de 1976 que podemos falar em um abrandamento da censura prévia à imprensa.

No processo de autorreforma do regime, genericamente conhecido como “Abertura”, a imprensa liberal adquiriu um novo protagonismo sócio-político, sendo o foco de expectativas do governo militar para sondar os grupos sociais que, surpreendentemente, deram a vitória ao MDB nas eleições parlamentares de 1974 (DUARTE, 1987). Com o resultado das eleições, o regime percebeu que seu autismo palaciano e castrense em relação aos setores mais amplos da sociedade, poderia colocar em risco a “estabilidade” política e social tão defendidas. Principalmente porque, apesar da derrota da esquerda armada, novos grupos sociais se mobilizavam com um discurso crítico ao regime (Igrejas, sindicados, associações profissionais e culturais). Naquele contexto, a imprensa liberal foi vista como uma ponte confiável entre regime e sociedade pelos ideólogos da abertura, como Golbery do Couto e Silva. Estes se fiavam na tradição liberal conservadora dos jornais, dispostos a deixar o ambiente político o mais calmo possível para uma transição negociada, diante da possibilidade das lutas democráticas se radicalizarem na sociedade civil. Ao mesmo tempo, com o clima de debate timidamente voltando às páginas dos jornais, os editorialistas se sentiram mais à vontade para fazer um balanço crítico do regime, o que pode ser visto no *JB*, *OESP* e *FSP* a partir de meados dos anos 1970. Esse afastamento crítico não deve ser tomado como defesa de uma ruptura democratizante, mas como uma consciência crítica que exigia a redefinição de um “modelo político” de transição, com a volta de algumas liberdades civis e o fim da censura. *O Globo*, por outro lado, manteve o tom governista e adesista, mesmo a partir deste período.

O editorial do *OESP* sobre os 10 anos do golpe (“Dez anos de Revolução”, 31/3/1974, “Notas e Informações”, p. 3) foi publicado em um momento em que o jornal ainda sofria uma censura prévia havia dois anos (instalada desde agosto/setembro de 1972), que se encerraria somente em janeiro de 1975. Apesar disso, o tom de balanço épico, lastreado na percepção de um ciclo histórico concluído, predomina. Para o jornal paulista, antes de 1964, predominava o

“caos”, “bancarrota”, “aventureiros e oportunistas”, estimulados por uma “minoria antinacional” que se encastelara no Poder, finalmente derrubada em 1 de abril. O “Movimento” e sua memória liberal deveriam emoldurar uma memória para qual a “*recordação deste dia de confraternização é imperecível*”. Os rancores dos Mesquita contra o ditador Vargas que usurpara o jornal dos seus fundadores nos anos 1940, era lembrado para legitimar o golpe contra Goulart (“De certo modo, 1964 simboliza a derrota definitiva do Estado Novo”), propondo uma aproximação de contextos completamente diferentes em nome da defesa de um certo liberalismo como destino manifesto brasileiro. Mas se os militares tinham expurgado o getulismo e melhorado a economia, o editorial destacava que “no terreno político o panorama é diferente”, pois não tinha ocorrido a “desejada” Revolução Política. A “Revolução” foi “distorcida”, pois o regime que se afirmou com os militares no poder cortou o “diálogo com as bases”, apostando na “*força bruta e a violência*” *desnecessárias*, criando um sistema político com uma “engrenagem antidemocrática”. E, ao modo de outros jornais liberais na época, *OESP* apostava na promessa de distensão do governo recém empossado: “*Esperamos que o Governo Geisel encontre a saída para o impasse que herdou*”.

A tendência em separar o momento épico da “Revolução”, simbolicamente marcado pelo 31 de março, e o regime autoritário vindouro, também aparece no texto em destaque no jornal que faz a função de um editorial da *FSP* em 31/3/1973 (“Uma autêntica revolução”, p.3). Um ano antes do aniversário “redondo” dos 10 anos, o jornal faz uma grande revisão histórica do regime, reforçando a visão de um passado que já pode ser objeto de uma contabilidade fechada sobre os ganhos e as perdas desta experiência. O editorial cita o Ato Institucional como exemplo de que em abril de 1964 houve uma “verdadeira revolução”, e não um mero movimento militar para depor um presidente e colocar outro no lugar. Na sequência rememora a crise de 1961, e a advertência das Forças Armadas contra João Goulart na presidência, que não “foram ouvidas” ou “foi ouvida em parte”, reforçando a ideia do “golpe reativo” contra Goulart que mais tarde chegaria ao debate historiográfico (GASPARI, 2002). O presidente deposto é sempre visto como responsável pelo aumento dos antagonismos, fazendo com que a “vida nacional” entrasse em acelerado processo de “deterioração” em todos os setores, manifestada pela luta de classes, infiltração comunista na administração e suspeita de querer implantar uma “República Sindicalista em moldes totalitários”.

Assim, o golpe civil militar contra Goulart se reafirmava na memória como golpe reativo e não como conspiração de longa data contra a política de massas ensaiada pelos presidentes do ciclo da República de 1946: “*Desconfiava-se de um golpe*” nas “antecâmaras palacianas” para fechar o Congresso e dar “*poderes absolutos ao Presidente que os usaria contra os interesses da nação*”. O golpe teria sido uma resposta da sociedade e do sistema político, com as marchas e a oposição ativa dos governadores de SP, MG e Guanabara. Na versão histórica do Editorial esse processo “sensibilizou” os “Chefes militares”.

O editorial de capa da *FSP* no ano seguinte (“Modelo Brasileiro”, 31/3/1974), tentou propor uma síntese do “Modelo Brasileiro” em construção, eufemismo muito comum no vocabulário político da época para falar dos impasses institucionais e constitucionais gerados pelo regime militar. Segundo o jornal, este “modelo” era marcado pelo “*desenvolvimento econômico planejado, tornado viável por um sistema político que descartou a importação de figurinos estrangeiros supostamente universais e infalíveis*”, buscando ser coerente com as “características físicas e sociais do país, seu momento histórico e seu objetivo nacional”.

Na sequência, o editorial pratica uma verdadeira ginástica argumentativa, afirmando que até 1964 o “*Brasil tentou inverter o processo*” histórico, apostando em uma democracia política sem democracia econômica. Depois de 1964, o regime teria criado condições para uma democracia econômica, “*pressuposto de uma democracia política*”. Em longo prazo, o editorial da *FSP* via muitas virtudes distributivistas na política econômica do regime, pois a renda nacional cresceria 84%, com a taxa de investimento atingindo 25% PIB. O jornal não tocava no tema do arrocho salarial e da concentração de renda que davam o tom das análises respeitadas da oposição, e começava a pautar a luta dos movimentos sociais que renasciam na sociedade civil. O próprio editorial atenuava seus elogios, se antecipando à polêmica. Como o Brasil estava na primeira fase deste processo “longo”, seria “inevitável” o “*regime de concentração de renda na fase de decolagem do processo de desenvolvimento econômico*”. E a ginástica retórica continuava: O Brasil seria, em 1974, uma sociedade “desigualmente desenvolvida” e não mais “equilibradamente empobrecida”, como antes do golpe.

*O Globo*, em editorial de 16/3/1974 (p. 3) aproveitou a posse do novo governo para elogiar o general Médici e o regime militar em tom ufanista. O general é caracterizado como “*exemplo de conduta impensoal*

*do regime*”, estando à frente de um governo marcado por um “*excepcional progresso socioeconômico*”, e agraciado com o “*apoio maciço do povo brasileiro*”. No editorial de capa do aniversário de dez anos do golpe (31/3/1974), intitulado “*Fidelidade às origens*”, *O Globo* segue o tom geral de balanço épico e elegíaco, destacando a “*incompetência de Jango*” e qualificando a intervenção militar como “*expressão das camadas responsáveis da sociedade*”. Em dez anos, o regime tinha sido marcado por duas doutrinas, uma “*administrativa*” e ou “*institucional*”. A primeira prezada a racionalização e revisão das normas legais, e a segunda tinha pautado uma “*restauração democrática*”, ao reduzir ao mínimo prazo os “*poderes discricionários*”. O editorial tinha a coragem de afirmar isso em plena vigência do AI-5, cujo anúncio de revogação só ocorreria em outubro de 1978. O editorial reservada espaço para um elogio a Geisel, reproduzindo o mote do novo governo que “*convocava*” a classe política para obra de “*aperfeiçoamento*” da Revolução.

O *JB*, no dia 1 de abril (1/4/1974, p. 6), data que os militares não gostavam de identificar com a efeméride, por remeter ao tradicional “*Dia da Mentira*”, publicou o editorial “*Diálogo Franco*”. O título parafraseava o mote do discurso do novo Presidente da República que reconhecia a importância dos meios de comunicação no processo de normalização institucional do país. O editorial reafirmava a identidade da imprensa liberal diante de um governo que a censurava, cabendo ao jornalismo a “*exposição de mazelas, conflitos e o exercício da crítica*”, entendidas como uma espécie de “*delegação social*” dada pelos cidadãos e pela “*opinião pública*”. Mas aproveita para dar o recado contra a censura, afirmando que esta delegação só se torna possível “*quando o jornalismo é praticado com pleno acesso às fontes de informação, como o direito de revelar os conflitos existentes, mesmo quando a revelação de tais conflitos fira as suscetibilidades mais agudas*”.

A análise dos editoriais dos 10 anos do golpe revela dois aspectos centrais. O tom de “*balanço crítico*” tendo uma sensação de passado e diacronia fechada bem delineada, com um balanço positivo do regime, apesar dos seus descaminhos. Por outro lado, a defesa da construção de um novo sistema político, que nunca chega a ser plenamente delineado. Se não há uma defesa direta e reta da democracia, o eufemismo “*sistema político*” implicava na construção de normas institucionais previsíveis, sem os instrumentos de arbítrio político-jurídico, como o AI-5. Além destes dois aspectos, nota-se uma diferença mais clara entre jornais essencialmente governistas, como *O Globo*, e

jornais liberais de oposição (ainda que praticada a partir de perspectivas diferenciadas), como o *JB* e *OESP*. A *FSP*, que marcaria o jornalismo político (de oposição) nos anos seguintes através do seu “Projeto Folha”, preferia o elogio à política econômica do governo, ainda que seu editorial tentasse pautar um conjunto de reformas na direção da “livre-iniciativa” privada que não seria, propriamente, a marca do governo Geisel, pautado pelo estatismo e pela obsessão da planificação econômica (NAPOLITANO, 2014).

## 1979: o ano da ruptura

Os editoriais publicados entre 1977 e 1979 expressam um afastamento crescente em relação ao regime, obviamente, sem indicar necessariamente a adesão liberal a um projeto de derrubada abrupta da ordem institucional criada pelos militares. Os discursos de elogio à cultura democrática que era gestada na sociedade civil, procurava se conciliar com a defesa de reformas democratizantes paulatinas, sempre ameaçadas de “retrocesso” pela pressão da “linha dura”. Foi também um período em que ficaram mais claros os matizes e variáveis dos jornais analisados. Houve jornais que trilharam a direção de uma consciência radicalmente democrática, procurando assimilar novas demandas da sociedade civil, como o *JB* e a *FSP*, enquanto *O Globo* se manteve governista e *OESP* radicalizava a crítica ao estatismo do governo Geisel, ao mesmo tempo que não se entusiasmava com os movimentos sociais de raiz mais popular que reocupavam as ruas.

Nas palavras de Denise Rolleberg, em 1979 a sociedade brasileira inventou “sua honra e seu futuro” ao galvanizar na memória social um espírito de oposição engrossada por novos grupos que se afastavam de um regime militar cada vez mais impopular (ROLLEMBERG, 2006). Consagrou-se na sociedade brasileira, sobretudo entre profissionais liberais, trabalhadores assalariados e setores intelectualizados, a percepção de vítima coletiva da ditadura, bem como sua vocação para a “resistência democrática” partilhada por grupos política e ideologicamente distintos<sup>15</sup>. Se

<sup>15</sup> O tema da “resistência democrática” vem sendo um ponto de grande debate historiográfico desde a virada do século, sendo contraposto por outras categorias, como “adesão”, “colaboração” ou “jogos de acomodação” entre a sociedade civil e o regime militar. Ver: REIS FILHO, Daniel A. Ditadura, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

havia uma memória capaz de unificar as oposições, ela deveria se pautar pela defesa de uma resistência, tanto vaga quanto genérica, que ia além das fronteiras ideológicas das várias oposições sociais e políticas, transformando-se em imperativo moral na luta contra a repressão.

A volta das lutas operárias e dos movimentos sociais de periferias urbanas na cena pública entre 1977 e 1978 teve grande impacto na consciência liberal sobre a ditadura. O protagonismo da sociedade civil na luta por redemocratização parecia colocar em xeque o discurso da moderação e da adesão em primeira e última instância, ainda que crítica, à autoridade do governo militar. Não por acaso, o jornal que mais conseguiu captar o novo espírito de oposição na sociedade e nas ruas, bem como de boa parte da classe média leitora, foi a *FSP*. A *Folha*, que nunca foi um jornal preso a doutrinas ideológicas muito rígidas, em nome mesmo de sua natureza liberal, consagrou-se como o jornal da oposição democrática, espelhando-se na atuação do *El País* na Espanha franquista em transição para a democracia<sup>16</sup>.

A partir do ano de 1977, nota-se uma tensão crescente entre as promessas da “Abertura” e a realidade tutelar do governo Geisel sobre o sistema político. O mês de março daquele ano foi marcado pelo conflito agudo entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que culminaria nos “Pacotes de Abril”<sup>17</sup>, tidos como expressão da face autoritária do governo que prometia retorno à “normalidade” institucional. O editorial do *OESP* (“A didática do ultimato”, 31/3/1977, p. 3), é bastante duro ao comentar o novo ultimato do “Poder revolucionário” sobre o Congresso que culminaria no seu fechamento por 14 dias no dia seguinte ao editorial. A crítica ao caráter autoritário do regime era direta: Se, para o jornal, o golpe havia sido um momento de luta democrática com delegação popular, o regime estaria “*sacando o capital de confiança recebido do povo*” com seus 17 atos institucionais, centenas de atos complementares, dois recessos do Congresso, e “*longa censura imposta a totalidade da imprensa escrita, só batida pela que continua sobre o rádio e TV*”. O jornal, ao contrário da memória do castelismo que já se firmava no debate público, lembrava que “*sob o governo*

<sup>16</sup> Entretanto, não podemos esquecer que o Grupo Folha tinha um jornal diário muito popular – “*Folha da Tarde*” – que foi conhecido como “Diário Oficial do DOI-CODI”, cuja redação era composta por muitos policiais. Ver depoimento de Otávio Frias Filho (ABREU, 2003).

<sup>17</sup> Conjunto de decretos lançados em abril de 1977 que interferiu no Legislativo e no Poder Judiciário, visando condicionar-lhos às estratégias de “descompressão controlada” do Poder Executivo.

*Castelo Branco construiu-se um “executivo forte. Para nós, forte demais e pesado”.* E era ainda mais duro com Médici, contribuindo para fixar a memória dos anos de chumbo nas consciências liberais: “*O Governo Médici que prometera a ‘plenitude democrática’ deixou-nos como saldo ainda menos democracia*”.

O tom crítico prossegue no editorial de 31/3/1979 (Notas e Informações, p. 3), ano marcado pela disseminação dos protestos populares de larga escala contra o regime e pela luta pela anistia. O texto propõe um balanço crítico do que “*se realizou desde que as Forças Armadas, secundando o apelo que a Nação lhes fazia, puseram cobro a uma situação que nos estava arrastando para o descalabro financeiro, a crise internacional e o isolamento internacional*”. A um só tempo, o editorial reafirma a memória do “caos pré-golpe”, e a decepção com o fato de que “*perderam-se as grandes oportunidades criadas em 1964*”. O texto aponta para o isolamento político dos militares no poder, traíndo os “ideais” civis que animaram a “Revolução”. Destaque-se que, mesmo em um período de emergência de lutas democráticas e críticas generalizadas ao regime, os órgãos de imprensa jamais fizeram uma (auto)crítica profunda sobre as consequências efetivas do golpe de Estado por eles vivamente apoiado, para a vida democrática e institucional. A autocomiseração da consciência liberal é que dá o tom do balanço histórico: “*... os que trabalharam para arrancar as Forças Armadas da sua inércia legalista*” foram marginalizados no “processo decisório”. Castelo Branco, líder cercado de “*todas as esperanças e animado das melhores intenções*” foi marcado por “*este signo marginalizador*” dos civis, cujas lideranças foram afastadas e hostilizadas pelos partidários do autoritarismo militar, “*erva daninha que sempre medrou em todos os movimentos políticos e sociais brasileiros*”. O jornal destaca o marco de 1968, como assenhoramento definitivo do Estado pelos “partidários do autoritarismo”, reafirmando uma pauta histórica muito comum na memória liberal, a ideia do “golpe dentro do golpe”.

Apesar de tudo, o texto destaca que “*a ordem foi restabelecida (ainda que à custa de exação no cumprimento dos deveres humanitários impostos pela lei*”). Em que pese o tom crítico, o jornal não minimiza a importância de 1964, vendo o reestabelecimento da ordem social e “prestígio internacional” como êxitos inquestionáveis do regime. Nos outros terrenos, diz o editorial, o “*movimento de 1964*” fracassou, mesmo no campo econômico, outrora tão elogiado. “*Arbitrio que se instalou em 1968*” favoreceu a corrupção

“*relaxamento no trato da coisa pública*”, a política econômica fez voltar a inflação (“sobretudo no último período”) e a “*administração dita revolucionária malogrou*”, apesar das ilusões do “milagre” no início dos anos 1970. A memória positiva do golpe, entretanto, selo o sentido do texto, entendendo os “descaminhos” do regime não como o desdobramento natural de um golpe de Estado, mas como afastamento dos “revolucionários civis”. Neste sentido, o editorial destaca que a “*abertura democrática*” prometida pelo Governo João Figueiredo, empossado dias antes, abria uma perspectiva positiva para que “*governo e Nação*” voltem a convergir, reencenando “*em condições diferentes (...) a caminhada iniciada em 31 de março de 1964*”. Portanto, na voz de um dos jornais mais identificados com o liberalismo de corte oligárquico, 1964 não tinha inaugurado, em si mesmo, um hiato autoritário, mas tinha sido sequestrado em seus “ideais” na construção do regime ditatorial. A volta ao estado pré-1964 era inconcebível, tratava-se, pois, de voltar às promessas e expectativas iniciais do “Movimento”, como se ele mesmo nada tivesse a ver com as opções autoritárias posteriores. Nesta perspectiva, 1964 foi traído por 1968, como se o espírito do AI-5 não estivesse contido no primeiro Ato Institucional, de abril de 1964.

Em outra direção, a *FSP* aprofunda o tom de crítica ao regime, esboçando uma radicalização da consciência liberal sobre aquele processo histórico<sup>18</sup>. Não houve, propriamente, um editorial sobre os 15 anos, mas o jornal registrou a data com uma longa sequência de matérias, ocupando 4 páginas centrais do primeiro caderno. Essa ausência talvez seja sintomática da dificuldade dos membros do Conselho Editorial chegarem a um texto consensual sobre a data<sup>19</sup>. Mas, em compensação, os membros do Conselho Editorial, que assinavam colunas destacadas na seção “*Opinião*”

<sup>18</sup> Segundo depoimento de Frias Filho, em 1974, Golbery do Couto e Silva encontrou-se com seu pai, Otavio Frias, sugerindo que não seria interessante ter apenas um jornal com influência política na opinião pública em São Paulo. Golbery, certamente, estava se referindo ao jornal *OESP*, tradicionalmente influente no estado, naquele momento sob censura (ABREU, 2003).

<sup>19</sup> A composição do Conselho Editorial naquele momento era plural, tendo Boris Casoy, como editor-chefe, e sendo composto pelos seguintes membros: Claudio Abramo (coordenador), Samuel Wainer, Alberto Dines, Luis Carlos Bahia, Rui Lopes, Newton Rodrigues, Odon Pereira, Otavio Frias. Interessante notar a composição plural, revelando nomes oriundos de várias correntes ideológicas e partidárias, como o liberalismo conservador, socialismo, trabalhismo e comunismo (PCB). No caso do jornal *OESP*, o conselho era controlado pela família Mesquita e tinha como secretário de redação Oliveira Ferreira (até 1978), intelectual acadêmico reconhecido, de matiz liberal-conservador.

ao lado dos editoriais institucionais, refletiram sobre a data. Através da sequência de colunas intituladas “*Os 15 anos, uma avaliação*”, escritas por Alberto Dines, a crítica ao regime se aprofunda e se amplia para os campos antes elogiados.

No texto de 30 de março de 1979 (p. 2), Dines destacava que o regime militar, ainda denominada de “Revolução”, é um “todo”, apesar das diferenças de estilo e conjuntura entre os cinco presidentes-generais. Este “todo” poderia ser sintetizado por uma marca: “*despotismo esclarecido*” ou “*paternalismo*”. O tacão sobre a sociedade por 15 anos, impõe a seguinte constatação ao editorialista: “*O brasileiro hoje com 30 anos, passou a metade de sua existência em um sistema autoritário do qual não pode ter escapado incólume*”. O texto destaca que a história deste paternalismo antipopular parecia encontrar seu limite, dando como exemplo (positivo) a rebeldia dos operários do ABC.

No texto publicado em 31 de março (p. 2), o autor escreve: “*Depois daquela desvairada corrida em direção à miragem da prosperidade econômica logo desanuviada, o povo tropeçou na realidade do silêncio – a repressão policial, a censura e a autocensura*”. O editorial tece elogios rasgados a Lula, líder sindical que comandava uma grande greve operária: “*No ABC, o Brasil reaprendeu a cartilha das emoções. Mas nosso potencial de lágrimas é enorme. Não choramos ainda nossos mortos, sequer os enterramos*”. Mais do que um hiato histórico, ou traição do “movimento de 64”, o editorial insere o regime na longa duração da história brasileira, anunciando um discurso que seria muito comum na Nova Esquerda<sup>20</sup>: “*A Revolução é um todo compacto e uno, resultado de 500 anos de autoritarismo, paternalismo, preconceitos e privilégios*”.

Outra coluna de caráter editorial foi publicada no mesmo dia 31 (p. 2), intitulada “*Reivindicações sem fronteiras*” (assinado por Samuel Wainer, jornalista historicamente ligado ao trabalhismo getulista). O texto expressa aquilo que poderia ser chamado de “Pacto Democrático-Popular” (BRESSER PEREIRA, 2014), espécie de aliança de classes pela democracia que pautou a segunda metade dos anos 1960, ao aproximar as reivindicações da classe média das lutas populares: “*O posicionamento da classe média na mesma*

<sup>20</sup> No caso do Brasil, o conceito de Nova Esquerda envolve a configuração que surgiu ao longo dos anos 1970, composta por militantes de grupos ligados ao socialismo revolucionário “conselhista” (POLOP, MEP), esquerda católica, militantes de movimentos de base (bairro e fábricas) e intelectuais socialistas. Por outro lado, a “velha esquerda” seria o PCB, os grupos estalinistas e os trabalhistas, todos alinhados com a forma centralizada de Partido e ligados à cultura política do “nacional-popular”.

*faixa reivindicatória do operariado é notoriamente contraditório com as mensagens e orações exaltadoras do 15º aniversário da Revolução de Março de 64*”. Coerente com o tom liberal-democrático que a FSP flertava naquele momento, o texto vê a classe média brasileira como uma “*vanguarda por um retorno integral e não parcial do sistema democrático (...) o que naturalmente significará o restabelecimento consequente das franquias sindicais e a segurança para o trabalhador reivindicar uma participação mais justa nos frutos da produção*”. Mas apesar deste tom hiperético com o regime, a memória de 1964 ainda se preserva: “*aumenta a camada dos que em 64 colocaram em risco até mesmo suas vidas e hoje proclamam desiludidos não haver sido esta a Revolução dos seus sonhos. É tempo, enfim, de acordar para a realidade*”.

O *JB* de 1/4/1979 não dedicou nenhum editorial à efeméride, mas reservou uma página inteira sobre a “Revolução”, além de várias matérias menores sobre as comemorações.

*O Globo*, como sempre, manteve seu tom governista, mesmo em meio ao questionamento geral do regime e do novo governo que tomou posse em 16/3/1979. O editorial de capa deste dia destacava que o Presidente Figueiredo deve “*realizar as promessas democráticas de 1964*” após esgotar-se o período que se tornaram “*indispensáveis*” os “*atos revolucionários*”, consagrando a imagem da “*mão estendida*” à sociedade. No aniversário dos 15 anos do golpe (“*Afinidades de Compromissos*”, 31/3/1979, p. 2), o editorial defendia que “*movimento de 1964 tem o direito de considerar-se em dia com os compromissos fundamentais que assumiu perante a nação brasileira*”, fazendo uma tímida concessão à crítica: “*Talvez pudesse ser mais curto*”. Era certo que o “*ciclo*” político inaugurado em 1964, experimentou “*algumas crises bastante dolorosas para nossas tradições liberais*”, mas manteve sem deformar os “*objetivos políticos e éticos*”. O jornal reconhecia que “*o ciclo revolucionário propriamente dito está encerrado*”, mas destacava que o caminho da democracia estava dentro do regime, e não para além dele. O jornal exagera, afirmando que Geisel tinha construído a passagem para o Estado de Direito, cristalizando as “*aspirações reformistas da “Revolução” e Figueiredo buscava aprofundar o caminho para a “plenitude democrática”*”<sup>21</sup>.

O ano de 1979 aponta para uma cisão clara na consciência liberal sobre o golpe e o regime, uma nova

<sup>21</sup> *O GLOBO* de 31/12/1978, explica o fim do AI5 na seguinte frase: “*Não foi revogação, mas início de outro ciclo revolucionário*”.

e definitiva dobra de tempo para a cristalização de uma memória hegemônica sobre o regime. Se na *FSP* e no *JB* aprofunda-se uma perspectiva liberal-democrática, com amplo espaço para as novas visões de democracia que emergem na sociedade, *OESP* se mantém fiel à demanda por um sistema político, agora adensado por duras críticas à política econômica, sobretudo ao estatismo do regime. *O Globo*, cumpre lembrar, se manteve governista.

## Os vinte anos do regime: o passado como invenção do futuro

Nos anos finais do regime, os editoriais apontam para um balanço mais contundente do regime militar como um hiato histórico, generalizando-se o discurso da sociedade vítima e da resistência como vocação política e imperativo moral contra o regime. O curioso é que essa visão era conciliada em alguns jornais com a preservação das virtudes históricas positivas na efeméride que deu origem a este suposto hiato, o golpe de 1964, como se este não fosse o marco zero da ditadura que se seguiu, mas um elo cívico perdido na história e traído pelos militares que se encastelaram no poder.

Entre a crise de representatividade e legitimidade do regime que se afirmou em 1979 e o ano final do governo Figueiredo, em 1985, não devemos supor um caminho histórico linear de aprofundamento do consenso social pela volta da democracia, confirmado por uma política de liberalização sem hesitações do regime. É inegável que o período marcou o triunfo de uma cultura política democrática e crítica na sociedade, mesmo em setores da classe média historicamente conservadores, dada inclusive a dimensão da crise econômica e social que era patente. Mas os anos finais do regime também foram marcados por um retrocesso no “pacto democrático-popular”, acompanhado da impossibilidade de qualquer frente de oposição mais coesa em torno de uma agenda de transição democrática unificada. Neste processo, não apenas cindiu-se a oposição *latu sensu*, entre liberais-moderados e esquerdistas, mas também implodiu qualquer possibilidade de união das esquerdas brasileiras. A reforma partidária patrocinada pelo governo Figueiredo estimulou ainda mais a fragmentação das oposições. A criação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e a retomada do legado trabalhista por Leonel Brizola acabou por aprofundar as cisões e críticas recíprocas dentro da esquerda, separando estes dois

grupos das propostas de aliancismo e da defesa de uma atuação parlamentar e institucional do PCB, que atuava dentro do PMDB. A própria memória em torno de 1964, dentro deste campo ideológico, foi revisada<sup>22</sup>.

No campo liberal, a entrada do Partido Popular (PP) de Tancredo Neves no PMDB, em 1981, bem como a ampla vitória eleitoral deste último partido nas eleições para governador em 1982, inaugurou um novo momento nas negociações para a transição do regime militar para um governo civil moderado e, em grande parte, continuista, culminando na participação do próprio Tancredo no Colégio Eleitoral que o elegeria, junto com o dissidente de última hora do regime militar, o ex-presidente do PDS José Sarney, em janeiro de 1985.

A retumbante campanha das *Diretas Já*, entre janeiro e abril de 1984 fez com que as oposições momentaneamente se unissem, ocupando as ruas com seus diversos projetos de democratização em torno da luta pela eleição direta para Presidência da República. Mas, de fato, o projeto liberal moderado encabeçado por Tancredo Neves é que conseguiu se articular melhor com as forças oriundas do próprio regime militar, aderindo à tese das eleições indiretas como forma de garantir uma sucessão sem maiores conflitos sociais ou reações na caserna contra o “revanchismo” (exigência dos movimentos de esquerda de punição aos torturadores a serviço do regime). Entretanto, sob o ponto de vista da identidade social da oposição, a condenação do regime militar, calcada na ilegitimidade do arbítrio dos Atos Institucionais, da censura e da repressão sem limites humanitários, se afirmou como elo comum entre uma consciência liberal *latu sensu* e uma perspectiva ampla de esquerda democrática, aqui entendida em todas as suas complexas vertentes.

O editorial da *FSP* de 31/3/1984 (“Vinte anos depois”, p. 2) foi publicado em meio ao frenesi cívico do Movimento “Diretas-Já”, que ganhara quase todos os setores sociais, e era vivamente apoiado pelo jornal. Entretanto, o editorial apresenta um tom até sóbrio e comedido para falar do regime em franca decomposição

<sup>22</sup> Depois de um breve período no qual se esboçou um frentismo contra o regime, entre 1974 e 1980, as esquerdas voltaram a se dividir de maneira profunda e sectária, com os embates entre a “nova esquerda” petista e os grupos ligados ao pecebismo e ao trabalhismo de esquerda (brizolistas). Um dos focos deste debate foi o lugar do nacionalismo nas lutas sociais, o que acabou levando a um revisionismo profundo sobre as causas do golpe militar de 1964. Ver: CHAUI, Marilena. *Seminários*. Brasiliense, 1980.

política<sup>23</sup>. Depois de enfatizar que o “movimento político-militar de 1964” respondeu aos anseios da sociedade e à “salvaguarda da democracia”, deixou claro que os descaminhos políticos e econômicos deram o tom do regime. O “movimento”, conforme o editorial, não conseguira honrar o pomposo nome de “Revolução” que tomara para si, pois as estruturas “econômico-sociais” permaneceram essencialmente as mesmas. As conquistas em alguns setores da infraestrutura, como comunicações e transportes, não caracterizariam uma revolução econômica, pois os velhos problemas como desigualdade e inflação acabariam voltando com muita força. Para o jornal, era positivo que Figueiredo tenha avançado em relação aos “primeiros passos de abertura democrática dados ainda sob o governo Geisel”. Mas a saída para o jornal era inequívoca: a construção de uma democracia “moderna e sólida” ancorada em uma nova Constituição e pela “eleição presidencial direta imediata”.

O *JB*, outra referência do “jornalismo progressista” à época, apontou no editorial de 31/3/84 (“Identidade de crise”, p. 10) o “sentido monárquico” do AI-5, àquela altura símbolo máximo da ditadura, apesar de já extinto havia anos, o próprio Geisel como expressão das ambiguidades políticas que marcavam a dinâmica política dos governos militares, qualificando-o a partir de um “autoritarismo incontrastável apesar de ter acabado com a censura à imprensa”.

No ano seguinte, já sob governo civil, (31/3/85, p.10), o editorial do *JB* propunha um amargo balanço do legado do Regime Militar: “*Politicamente nulo, economicamente contraditório, socialmente frustrante*”. Entusiasta do golpe, a classe média “*pagou caro, mas aprendeu que a democracia ameaçada pela demagogia não é salva por fora dos poderes constitucionais*”. A longa ditadura, bem como a longa transição para o governo civil, foi caracterizada pelo “sofrimento” da sociedade na “conversão democrática”. Em que pese o balanço negativo, o consenso liberal na transição era destacado, à medida que o jornal afirmava que o “*brasileiro legitimou a transição indireta ao protestar contra o regime e esvaziou o futuro de qualquer conteúdo revanchista*”. Para o jornal, a transição “arquivou o passado como documentação”,

<sup>23</sup> O tom mais duro para se referir ao golpe e ao regime, bem como fazer um balanço mais crítico dos vinte anos de autoritarismo, foi reservado às outras páginas e seções das edições da *FSP* de 31 de março e 1 de abril de 1984. Estas edições reservaram longas matérias, colunas de opinião e artigos assinados que apontavam para uma linha liberal-democrática mais avançada em relação à tradição da imprensa brasileira. Ver, por exemplo, as colunas de Jânio de Freitas nas edições citadas.

legitimando os termos da anistia e da não punição às violações dos direitos humanos durante o regime.

*O Globo*, mesmo em meio à crise final e esfacelamento político do regime, marcada pela falta de legitimidade social, conseguiu a façanha de manter o tom governista dos seus editoriais. No dia da posse do novo governo civil, eleito dentro das regras impostas pelo regime militar, o jornal destacava que (“Teste definitivo”, 16/3/1985, p. 4) “*o governo que se despede adotou do princípio ao fim da crise atitudes de exemplar elegância – os militares comportaram-se exatamente como os civis*”. Em outras palavras, no ocaso do regime, a memória convergente do “movimento de 64” ainda dava o tom do discurso oficial do jornal da família Marinho.<sup>24</sup>

## Considerações finais: os jornais e a memória hegemônica

O afastamento paulatino das vozes liberais em relação ao regime militar, sobretudo quando a censura e a tortura desnudaram sua natureza, possibilitou uma convergência com os críticos de esquerda de primeira hora dos militares no poder, sobretudo os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Fiel à perspectiva de renovar uma política de frente contra os militares no poder, o PCB afiançou a aproximação com os liberais de oposição e com outros setores da esquerda, endossando candidaturas próprias e de terceiros no MDB (depois PMDB). A memória hegemônica sobre o regime, ao menos até o início do século XXI, foi construída pelo amálgama destes vários discursos progressistas que se viam como facetas complementares da “resistência democrática”, de origens liberais, comunistas (pecebitas) e socialdemocratas – que esboçaram uma frente de oposição tanto vigorosa quanto contraditória entre 1974 e 1980 que não resistiu à reforma partidária de 1979. Entretanto, mesmo com o surgimento de novas opções políticas na oposição a partir de 1980, como o trabalhismo renovado pela volta de Leonel Brizola ou o Partido dos Trabalhadores, o frentismo costurado entre liberais e comunistas/pecebitas deu o tom da transição, privilegiando articulações palacianas e parlamentares, em detrimento de um

<sup>24</sup> Somente no aniversário dos 21 anos do golpe, já sob novo governo civil, o colunista Oto Lara Resende escreveu uma coluna que funciona como uma espécie de editorial, na qual era bastante duro com a efeméride: “*Há datas para esquecer*”, afirmando que bastava de ‘salvacionismo’, minoridade cívica e tutela autoritária” que remetiam à efeméride.

maior protagonismo das classes populares que faziam se representar nas ruas. A breve convergência destas várias oposições no movimento das *Diretas Já* não sobreviveu à derrota da Emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984, e as esquerdas acabaram sendo atropeladas na eleição de Tancredo Neves, fiador de uma transição moderada e negociada.

Se a unidade política efetiva contra o regime não foi possível, as oposições compartilhavam, em algum grau, a memória hegemônica que via a sociedade civil como o “lugar da resistência”, como se ela fosse um espaço societário homogêneo, sem conflitos sociais fundamentais, projetos ideológicos conflitantes. Ao mesmo tempo, a sociedade foi vista como vítima do Estado autoritário controlado por uma ditadura exclusivamente militar que, nas sutilezas da crítica liberal ao regime, tinha sequestrado os “ideais” de 1964.

As diferenças de projetos políticos durante a “abertura” e a “transição democrática” foram neutralizados pela memória hegemônica crítica à ditadura, criando um solo comum no qual as oposições mais ou menos se reconheciam que podemos chamar de “memória progressista” sobre o regime militar, cujo eixo central é o imperativo da “resistência civil”, com algumas concessões ao papel da resistência armada e aos movimentos populares mais radicais. Obviamente, outras linhagens da memória, com maior ou menor espaço no debate público e na cultura histórica que se constituiu na imprensa, na cultura e na educação, também se formaram, mas elas escapam ao escopo deste artigo<sup>25</sup>.

Os jornais liberais tiveram um papel fundamental neste processo, chancelando esta memória hegemônica “progressista”, e ao mesmo tempo lançando as sementes para sua futura revisão liberal conservadora. Esta porta revisionista ficou aberta à medida que nunca houve uma autocrítica profunda da sua participação no golpe de 31 de março, fazendo com que os atores liberais da imprensa não exumassem o seu viés elitista, aberto a soluções autoritárias e golpes institucionais para depor governos marcados pelo “populismo irresponsável” e pela demagogia.

<sup>25</sup> As linhagens não-dominantes no que chamo de “memória hegemônica” sobre o regime se encontram em alguns polos identificáveis: na esquerda, há uma memória dos familiares dos mortos e desaparecidos (e da própria guerrilha) que nem sempre se reconhece nos elogios genéricos da resistência civil e na visão de guerrilha como aventura inconsequente. Há também uma memória de extrema direita (militar e civil) que só nos últimos anos (a partir de 2013) tem encontrado mais eco no espaço público. Por fim, há uma memória do trabalhismo de esquerda que ficou sem herdeiros políticos com a morte de Brizola, mas que tem encontrado certa valorização no meio acadêmico.

Os editoriais polêmicos da *Folha de São Paulo* e do *Globo*, sobre a “ditabrand” e sobre o “equívoco” no apoio ao golpe, revelam a complexa cartografia da memória liberal sobre o golpe, em um contexto de nova crise política causada pela crítica liberal conservadora aos “populismos irresponsáveis” latino-americanos.

O editorial da *FSP*, publicado em 17/2/2009 (“Limites a Chavez”, p. 2), não comentava diretamente a ditadura brasileira, mas o governo venezuelano de Hugo Chavez, denunciado como uma ditadura em marcha que solapava paulatinamente as instituições democráticas sem ruptura institucional aguda, ao contrário da “ditabrand” brasileira. O uso do termo, caro à certa perspectiva histórica liberal sobre o regime militar, provocou grande repercussão nos leitores mais à esquerda, como se fosse um ato falho na própria memória institucional tão cultuada pela *FSP*, que se arvorava ser o jornal da democracia.

O antes governista *O Globo*, em 30 de agosto de 2013, fez uma das autocriticas mais duras que se tem notícia no meio jornalístico, sob o impacto das manifestações de junho daquele ano, cuja perspectiva ideológica ambígua e desdobramentos políticos que culminaram na deposição de Dilma Rousseff, ninguém conseguia prever. Parte de um processo institucional de recriação da sua própria memória institucional, as Organizações Globo assumiram ter sido um erro o apoio ao golpe. Assim se conclui o editorial: “*Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma*”<sup>26</sup>.

Em que pese a corajosa autocritica, ainda que tardia, boa parte do Editorial matiza este “erro”, explicando-o em função da Guerra Fria, das polarizações ideológicas, da crise política provocada pelo governo Jango. E também procura preservar a memória do polêmico Roberto Marinho, destacando-o como defensor da legalidade em vários momentos da sua longa vida. Na verdade, o editorial reitera uma

<sup>26</sup> NOTA. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz4Blqmeq73>. Acesso em: 03/04/2017.

imagem recorrente nos editoriais publicados desde 1965, enfatizando os descaminhos políticos pós-golpe, mas sempre preservado o 31 de março de 1964 como um momento cívico e que clamou pela derrubada de Jango, em nome da “legalidade”.

Ambos editoriais, e sua enorme repercussão, revelam o quanto a memória do regime militar tem na imprensa, comprometida com o golpe de 1964, uma área sensível e ainda perpassada por ambiguidades e contradições. Os conflitos gerados pela oposição liberal encastelada na imprensa ao petismo no Poder, acabaram por estimular, direta ou indiretamente, o revisionismo histórico conservador em torno de 1964. Arrisco dizer que este processo diminuiu a força social da memória do campo progressista sobre o regime militar, abrindo caminho, inclusive para a recuperação da memória elegíaca de torturadores por uma extrema direita que não precisa mais se esconder neste início de século XXI. Analisar a formatação da memória, em todas suas contradições e sutilezas, talvez nos ajude a entender esta cartografia confusa da memória liberal que, no fundo, não sabe como situar o golpe de 1964 nos seus discursos sobre a história do Brasil.

Longe de ser trauma para os liberais, tudo indica que 1964 virou um totem-tabu, referência recalcada, que, em meio a uma nova crise da democracia brasileira, começa a ser invocado em outras bases pelos feiticeiros de sempre.

## Referências

- ABREU, Alzira et al. (Org.). *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC*. 2. ed. São Paulo: FGV Editora, 2008 [1. ed.: 2003].
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: Edusc, 1999.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-4014198800030002>. Acesso em: 03 abr. 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo, 1921-1981*. São Paulo: Impress, 1981.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino – a imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1992.
- CARVALHO, A.; CATELA, L. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memórias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (Org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas in-felices*. Madrid, Siglo XXI, 2002. p. 195-242.
- CARVALHO, Aloysio Castelo. *Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói, EDUFF, 2010.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.
- CHAMMAS, Eduardo. *A ditadura militar e a grande imprensa*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CHAUI, Marilena. *Seminários*. Brasiliense, 1980.
- DUARTE, Celina. *Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas. 1945 e 1974*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- FONSECA, Francisco. *Liberalismo Autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O consenso forjado: A Grande Imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GAZZOTTI, Juliana. O Jornal da Tarde e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar: Novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2006. p. 67-80.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo (v. 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 195-214.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-RJ, 2006.
- LESSA, Washington Dias. Amílcar de Castro e a Reforma Gráfica do Jornal do Brasil. In: *Dois estudos de comunicação visual*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1995.
- LIMA, Gabriel Amato Bruno de. “*Aula prática de Brasil*”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora UFSCAR, 1995.
- MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto et al. (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1999. p. 687-705.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antiteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, nov. 2015.

NOVELLI, Ana Lucia. *O projeto Folha e a Negação do Quarto Poder*. 1994. Mestrado (Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

PONCE, André Luiz Godoy. *Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. O esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar: Novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2006. p. 81-92.

SAES, Decio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: TA Queiroz, 1985.

SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Recebido: 31 de julho de 2016

Aprovado: 30 de setembro de 2016

#### Autor/Author:

MARCOS NAPOLITANO [napoli@usp.br](mailto:napoli@usp.br)

- Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em História Social pela USP. Autor do livro 1964: *História do Regime Militar brasileiro* (Contexto, 2014) e *História do Brasil Republicano* (Contexto, 2016).
- Professor of the Department of History at the Universidade de São Paulo (USP) and Ph.D. in Social History/USP. Author of the books 1964: *História do Regime Militar brasileiro* (Contexto, 2014) and *História do Brasil Republicano* (Context, 2016).